

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
------------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.822.111	3.639.854
1.01	Ativo Circulante	283.357	234.764
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	129.882	89.442
1.01.01.01	Numerario Disponível	5.233	6.280
1.01.01.02	Banco Conta Movimento	49	1.661
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	124.600	81.501
1.01.03	Contas a Receber	134.001	127.739
1.01.03.01	Clientes	134.001	127.739
1.01.03.01.01	Contas a receber	132.514	7.932
1.01.03.01.02	Contas a receber com partes relacionadas	1.487	119.807
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.574	6.493
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.886	5.910
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.014	5.180
1.01.08.03	Outros	13.014	5.180
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.585	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	330	453
1.01.08.03.03	Adiantamentos a fornecedores	8.099	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.538.754	3.405.090
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.315.545	1.141.998
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	991	1.071
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.032	768
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.313.522	1.140.159
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outros	2.534	2.817
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	1.145.372	1.025.623
1.02.01.09.05	Outros créditos	4	187
1.02.01.09.06	Contas a receber com operações de derivativos	165.592	111.532
1.02.01.09.07	Tributos a recuperar	20	0
1.02.03	Imobilizado	90.426	111.743
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	82.894	96.047
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.532	15.696
1.02.04	Intangível	2.132.783	2.151.349

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.822.111	3.639.854
2.01	Passivo Circulante	911.177	881.957
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.160	16.824
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.786	2.036
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.374	14.788
2.01.02	Fornecedores	31.232	29.076
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.183	28.253
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	49	823
2.01.03	Obrigações Fiscais	87.466	92.252
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77.924	83.295
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	77.924	83.295
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.542	8.957
2.01.03.03.02	Iss a recolher	9.542	8.957
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	566.832	582.611
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.859	45.478
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.859	45.478
2.01.04.02	Debêntures	541.973	537.133
2.01.05	Outras Obrigações	148.304	121.693
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.866	17.370
2.01.05.02	Outros	115.438	104.323
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.843	19.843
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	2.631	2.575
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	84.122	77.239
2.01.05.02.07	Outas contas a pagar	8.842	4.666
2.01.06	Provisões	61.183	39.501
2.01.06.02	Outras Provisões	61.183	39.501
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	61.183	39.501
2.02	Passivo Não Circulante	1.959.980	2.050.307
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.500.426	1.581.607
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	160.881	7.577
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	7.577
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	160.881	0
2.02.01.02	Debêntures	1.339.545	1.574.030
2.02.02	Outras Obrigações	283.568	282.046
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217
2.02.02.02	Outros	14.351	12.829
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	11.874	12.829
2.02.02.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	2.477	0
2.02.03	Tributos Diferidos	132.649	128.629
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.649	128.629
2.02.04	Provisões	43.337	58.025
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.852	27.259
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.815	19.339
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.580	4.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.457	3.125
2.02.04.02	Outras Provisões	14.485	30.766

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	14.485	30.766
2.03	Patrimônio Líquido	950.954	707.590
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	278.840	460.840
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.399	197.399
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	32.091	214.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	425.364	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	535.482	1.460.771	500.707	1.439.541
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-186.320	-497.051	-157.396	-476.432
3.02.01	Custo de Construção	-38.669	-81.522	-15.585	-69.406
3.02.02	Provisão de Manutenção	-9.558	-28.122	-8.606	-23.753
3.02.03	Depreciação e Amortização	-43.795	-124.864	-41.083	-114.293
3.02.04	Custo da Outorga	-47.933	-140.315	-47.492	-139.535
3.02.05	Serviços	-21.432	-51.034	-17.393	-50.879
3.02.06	Custo com Pessoal	-17.106	-48.210	-16.086	-46.390
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.253	-12.199	-4.071	-12.056
3.02.08	Outros	-3.574	-10.785	-7.080	-20.120
3.03	Resultado Bruto	349.162	963.720	343.311	963.109
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.336	-72.342	-35.782	-86.612
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.993	-74.143	-35.972	-86.891
3.04.02.01	Serviços	-13.838	-38.457	-12.805	-39.262
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.446	-4.217	-1.137	-3.300
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-5.237	-15.700	-4.695	-15.140
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-173	-529	-203	-661
3.04.02.05	Outros	-6.299	-15.240	-17.132	-28.528
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	691	1.931	568	1.061
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34	-130	-378	-782
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	322.826	891.378	307.529	876.497
3.06	Resultado Financeiro	-77.024	-249.908	-76.028	-226.371
3.06.01	Receitas Financeiras	20.571	156.385	38.719	168.601
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.595	-406.293	-114.747	-394.972
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	245.802	641.470	231.501	650.126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.259	-216.106	-78.269	-218.866
3.08.01	Corrente	-81.433	-212.086	-84.173	-233.283
3.08.02	Diferido	-826	-4.020	5.904	14.417

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	163.543	425.364	153.232	431.260
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	163.543	425.364	153.232	431.260
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,93453	2,43065	0,87561	2,46434
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,93453	2,43065	0,87561	2,46434

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	163.543	425.364	153.232	431.260
4.03	Resultado Abrangente do Período	163.543	425.364	153.232	431.260

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	704.143	654.680
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	858.220	818.726
6.01.01.01	Lucro líquido do período	425.364	431.260
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.020	-14.417
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	3.473	3.547
6.01.01.04	Depreciação e amortização	129.081	117.593
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado	131	782
6.01.01.07	Variações cambiais s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	-15.120	0
6.01.01.09	Juros e variações monetárias s/ debêntures, financiamentos e arrendamento mercantil	216.138	243.530
6.01.01.10	Capitalização de custos dos empréstimos	-7.395	-8.479
6.01.01.11	Resultado de operações com derivativos e valor justo s/ debentures (fair value option)	33.692	-25.833
6.01.01.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	6.433	17.841
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	28.122	23.753
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	5.300	4.165
6.01.01.15	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-98	-1.675
6.01.01.16	Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	29.079	26.659
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-154.077	-164.046
6.01.02.01	Contas a receber	-124.484	459
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	118.056	-19.265
6.01.02.03	Tributos a recuperar	1.899	-1.086
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	4.693	12.310
6.01.02.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-123.080	-109.201
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-8.099	0
6.01.02.07	Fornecedores	6.523	-461
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	5.449	6.739
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-664	1.416
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão de Imposto de Renda e Contr. Social	204.291	224.533
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-209.077	-261.443
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	56	68
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-28.021	-15.166
6.01.02.14	Outras contas a pagar	3.221	-873
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-4.840	-2.076
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.301	-86.398
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-5.921	-12.806
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-80.380	-73.592
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-577.402	-411.855
6.03.01	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (captações)	177.500	0
6.03.02	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (pagamentos de principal)	-396.037	-33.867

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.03	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (pagamentos de juros)	-115.276	-129.796
6.03.05	Liquidação de operações com derivativos	-42.557	25.620
6.03.07	Dividendos pagos	-182.000	-257.250
6.03.08	Mútuos com partes relacionadas (pagamentos)	-19.032	-16.562
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40.440	156.427
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.442	127.577
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129.882	284.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-182.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	425.364	0	425.364
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	425.364	0	425.364
5.07	Saldos Finais	246.750	0	278.840	425.364	0	950.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	431.260	0	431.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	431.260	0	431.260
5.07	Saldos Finais	246.750	0	82.785	431.260	0	760.795

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.582.424	1.561.546
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.575.029	1.536.912
7.01.02	Outras Receitas	7.395	24.634
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-234.727	-243.118
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-70.843	-80.851
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54.240	-69.108
7.02.04	Outros	-109.644	-93.159
7.02.04.01	Custo de construção	-81.522	-69.406
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-28.122	-23.753
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.347.697	1.318.428
7.04	Retenções	-129.081	-117.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-129.081	-117.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.218.616	1.200.835
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	156.385	168.601
7.06.02	Receitas Financeiras	156.385	168.601
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.375.001	1.369.436
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.375.001	1.369.436
7.08.01	Pessoal	56.633	53.910
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.697	36.826
7.08.01.02	Benefícios	15.005	13.847
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.034	2.136
7.08.01.04	Outros	897	1.101
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	339.023	341.061
7.08.02.01	Federais	264.043	266.622
7.08.02.02	Estaduais	200	241
7.08.02.03	Municipais	74.780	74.198
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	553.981	543.205
7.08.03.01	Juros	412.576	402.711
7.08.03.02	Aluguéis	1.090	959
7.08.03.03	Outras	140.315	139.535
7.08.03.03.01	Direito de outorga	140.315	139.535
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	425.364	431.260
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	425.364	431.260

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Julho a Setembro/2016

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T15.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 496,8 milhões (+2,4%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 333,6 milhões (+5,1%) e a margem EBIT ajustada 67,1% (+1,7 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 378,8 milhões (+5,4%) e a margem EBITDA ajustada 76,2% (+2,1 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 163,5 milhões (6,7%);

Indicadores (R\$ MM)	3T16	3T15	Var.%
Receita Líquida Operacional*	496,8	485,1	2,4%
EBIT (ajustado)	333,6	317,3	5,1%
Margem EBIT (ajustada)	67,1%	65,4%	1,7 p.p.
EBITDA (ajustado)	378,8	359,5	5,4%
Margem EBITDA (ajustada)	76,2%	74,1%	2,1 p.p.
Lucro Líquido	163,5	153,2	6,7%

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq¹)	3T16	3T15	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	30.848.321	31.755.780	-2,9%
Veículos Comerciais (Eq)	36.241.113	39.118.699	-7,4%
Veículos Equivalentes	67.089.434	70.874.479	-5,3%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (-5,3%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de 5,3% sobre o mesmo período de 2015.

Veículos de passeio (-2,9%)

A categoria apresentou uma redução de 2,9% no 3T16 em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a conjuntura econômica.

Veículos comerciais (-7,4%)

A categoria apresentou uma redução de 7,4% no 3T16 em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a conjuntura econômica.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	3T16	3T15	Var.%
Receita de Pedágio	531.994	519.388	2,4%
Receitas Acessórias	6.153	6.066	1,4%
Receita Bruta Operacional Total	538.147	525.454	2,4%

Receita de construção

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	3T16	3T15	Var.%
Total	38.669	15.585	148,1%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAn, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 3T16 o volume de investimentos realizados pela companhia deve-se principalmente à implantação de 3ª faixa na Rodovia Anhanguera do Km 19+500 ao 20+600, do km 84+000 ao 86+000 Pista Sul, na implantação dos acessos dos bairros: Aparecidinha (Campinas km 103+600) e Jardim São Francisco (Sumaré km 110) e da implantação do Complexo Jundiá. Na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto implantação de 3ª faixa do Km 62+300 ao 64+600 na pista Oeste. Na Rodovia dos Bandeirantes a implantação da faixa adicional do km 50+800 ao 53+700, pista Norte e do km 87+600 ao 89+000 pista Sul. Enquanto que no 3T15 deve-se à implantação da 3ª faixa na Rodovia Anhanguera no Km 19+500 ao 20+600 e no km 120 ao 147.

Comentário do Desempenho

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T16 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 2,4% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 41,3 milhões.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	3T16	3T15	Var.%
Custo de Construção	38.669	15.585	148,1%
Provisão de Manutenção	9.558	8.606	11,1%
Depreciação e Amortização	45.241	42.220	7,2%
Custo da Outorga	47.933	47.492	0,9%
Serviços de Terceiros	35.270	30.198	16,8%
Pessoal	22.343	20.781	7,5%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.426	4.274	3,6%
Outros	9.216	24.022	-61,6%
Custos Totais	212.656	193.178	10,1%

Os custos e as despesas totais da Concessionária tiveram um aumento de 10,1% no 3T16, alcançando o valor de R\$ 212,656 milhões.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram um aumento de 148,1% no 3T16 comparado ao 3T15. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela implantação do Complexo Jundiá.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 11,1% no 3T16, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 3T16, em comparação ao 3T15 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 4T15 e o 3T16.

Custo da outorga: Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2016.

Serviços de Terceiros: Os valores do 3T16 estão 16,8% superiores ao 3T15, principalmente em razão da variação dos custos com serviços de Tecnologia da Informação.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 3T16 estão 3,6% superiores ao 3T15, principalmente pelo reajuste de combustível.

Comentário do Desempenho

Outros: Os valores do 3T16 estão 61,6% inferiores ao 3T15, principalmente pela reversão de provisões.

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	3T16	3T15	Var.%
Lucro Líquido	163,5	153,2	6,7%
(+) IR/CS	82,3	78,3	5,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	77,0	76,0	1,3%
(+) Depreciação e Amortização	45,2	42,2	7,2%
EBITDA (a)	368,1	349,7	5,2%
Margem EBITDA (a)	68,7%	69,9%	-1,1 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	9,6	8,6	11,1%
EBITDA ajustado	378,8	359,5	5,4%
Margem EBITDA ajustada (d)	76,2%	74,1%	2,1 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)	3T16	3T15	Var.%
Lucro Líquido	163,5	153,2	6,7%
(+) IR/CS	82,3	78,3	5,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	77,0	76,0	1,3%
EBIT (a)	322,8	307,5	5,0%
Margem EBIT (a)	60,3%	61,4%	-1,1 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	9,6	8,6	11,1%
EBIT ajustado	333,6	317,3	5,1%
Margem EBIT ajustada (d)	67,1%	65,4%	1,7 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	3T16	3T15	Var.%
Despesas Financeiras	97,6	114,7	-14,9%
Juros e Variações Monetárias	58,6	72,4	-19,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	10,1	9,9	1,3%
Perda com operações de derivativos	15,0	24,9	-39,8%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1,8	1,4	27,5%
Capitalização de custos dos empréstimos	-2,3	-2,4	-4,1%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	13,7	7,5	81,8%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,8	1,0	-22,7%
Receitas Financeiras	-20,6	-38,7	-46,9%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-4,0	0,0	100,0%
Ganho com operações de derivativos	-11,1	-3,7	197,8%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	0,0	-27,4	-100,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-5,1	-6,9	-26,9%
Juros e outras receitas financeiras	-0,5	-0,7	-30,8%
Resultado Financeiro Líquido	77,0	76,0	1,3%

O Resultado Financeiro Líquido no 3T16 variou 1,3% comparado com o 3T15, principalmente pela realização de captação em abril de 2016, variação dos indexadores das dívidas e amortização de parte da dívida.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	3T16	3T15	Var.%
Total de acidentes	1.400	1.547	-9,5%
Total de vítimas	878	937	-6,3%

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2016

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. Recuperação do trevo do km 62.

- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Notas Explicativas

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 16 de abril de 2016, foi celebrado o 26º Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão, firmado entre a AutoBAn e o Poder Concedente. O referido TAM tem por objeto a implantação das obras do Complexo Jundiaí da SP330 (Jundiaí) e a implantação de dispositivos de acesso, com investimentos de R\$ 227.969. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi estendido por 3 meses e 17 dias.

Outras informações relevantes

i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAn solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAn apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAn, pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAn ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP, pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAn. Contra essa sentença, a AutoBAn apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAn apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores. Atualmente, o processo encontra-se no Tribunal de Justiça de São Paulo aguardando julgamento do recurso de apelação apresentado pela AutoBAn.

A AutoBAn propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014, foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação que aguarda designação de data para julgamento. Em maio de 2016 a Turma Julgadora negou provimento ao recurso de apelação da Concessionária. Foi acolhida nossa preliminar de legitimidade passiva do Estado de São Paulo, contudo, no mérito, a Turma entendeu que o prazo

Notas Explicativas

decadencial aplicável ao caso é aquele decenal previsto na lei estadual que regula os procedimentos administrativos, além disso, o Relator destacou que o termo a quo para a contagem do prazo decadencial é o do termo aditivo firmado em 2006. Aos 04 de julho de 2016, o processo foi redistribuído por Competência Exclusiva à 5ª Câmara de Direito Público, sob a relatoria do Des. Fermino Magnani Filho e, na mesma data, os autos seguiram para conclusão. Aos 22 de agosto de 2016, os autos foram remetidos à mesa. Aguarda-se a inclusão em pauta para julgamento da Apelação.

ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAn, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAn foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP. Em junho de 2015 o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Aos 04 de outubro de 2016, houve o julgamento da apelação interposta pelo Estado de São Paulo e ARTESP para que seja elaborado laudo pericial contábil a respeito do percentual a ser aplicado, para fins de aumento de tarifas, levando-se em consideração a não autorização de aumento em 2013 e as respectivas compensações oferecidas.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 1º de novembro de 2016.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 627.820, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 13 e 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	5.282	7.941
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	124.600	81.501
	<u>129.882</u>	<u>89.442</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,60% do CDI, equivalente a 14,07% ao ano (13,10% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.932	1.890
Pedágio eletrônico – outros (b)	130.869	6.427
	132.801	8.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(287)	(385)
	<u>132.514</u>	<u>7.932</u>

Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos a vencer	129.951	7.517
Créditos vencidos até 60 dias	2.528	338
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	35	77
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	131	96
Créditos vencidos há mais de 181 dias	156	289
	<u>132.801</u>	<u>8.317</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, a partir de 1º de setembro de 2016 a empresa STP deixou de ser partes relacionadas; e

Notas Explicativas

- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	245.802	641.470	231.501	650.126
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(83.573)	(218.100)	(78.710)	(221.043)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(65)	(212)	(67)	(314)
Despesas indedutíveis	(340)	(1.049)	(268)	(1.249)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	1.764	3.366	818	3.921
Outros ajustes tributários	<u>(45)</u>	<u>(111)</u>	<u>(42)</u>	<u>(181)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(82.259)</u>	<u>(216.106)</u>	<u>(78.269)</u>	<u>(218.866)</u>
Impostos correntes	(81.433)	(212.086)	(84.173)	(233.283)
Impostos diferidos	<u>(826)</u>	<u>(4.020)</u>	<u>5.904</u>	<u>14.417</u>
	<u>(82.259)</u>	<u>(216.106)</u>	<u>(78.269)</u>	<u>(218.866)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Efeito ativo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	116.511	121.168
Valor justo de operações com derivativos	121.722	79.756
Perdas em operações com derivativos	13.232	2.122
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	9.809	9.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	163	131
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.161	1.579
Outros	<u>1.993</u>	<u>5.628</u>
	<u>264.591</u>	<u>219.652</u>
Efeito passivo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(220.676)	(233.053)
Valor justo de operações com derivativos	(126.769)	(92.462)
Ganho nas operações de derivativos	(42.703)	(20.923)
Outros	<u>(7.092)</u>	<u>(1.843)</u>
	<u>(397.240)</u>	<u>(348.281)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(132.649)</u>	<u>(128.629)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante	4.585	4.727				
Não Circulante	43.938	47.269	1.101.434	978.354	1.145.372	1.025.623

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações							
	01/07/2016 a 30/09/2016				01/01/2016 a 30/09/2016			
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
Controladora								
CCR (a)	4.870	-	-	-	14.611	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CPC (b)	10.670	-	394	-	26.362	-	1.102	-
RodoAnel Oeste (c)	-	-	-	10.051	-	-	-	29.079
Samm (e)	-	-	313	-	-	-	939	-
Camargo Corrêa S.A. (g)	-	15.557	-	-	-	15.557	-	-
Oi Móvel S.A	-	-	-	-	-	-	31	-
Total, 30 de setembro de 2016	15.540	15.557	707	10.051	40.973	15.557	2.072	29.079
Total, 01 de julho de 2015 a 30 de setembro 2015	13.090	-	637	(9.921)				
Total, 01 de janeiro de 2015 a 30 de setembro 2015					39.034	6.577	1.830	(26.659)

Notas Explicativas

	30/09/2016		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR (a)	15	-	1.524
Outras partes relacionadas			
CPC (b)	549	-	4.483
Metro Bahia (f)	2	-	
RodoAnel Oeste (c)	-	285.872	-
RodoNorte (f)	-	-	2
Camargo Corrêa S.A. (g)	-	-	4.367
Serveng Cívilsan (d)	-	-	5.785
Samm (e)	1.953	-	50
Total circulante, 30 de setembro de 2016	1.487	16.655	16.211
Total não circulante, 30 de setembro de 2016	1.032	269.217	-
Total, 30 de setembro de 2016	2.519	285.872	16.211
Total, 31 de dezembro de 2015	120.575	275.824	10.763

Despesas com profissionais chave da administração:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015 (Reapresentado) (*)	01/01/2015 a 30/09/2015 (Reapresentado) (*)
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	577	1.652	511	1.475
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	263	790	268	805
Complemento de PPR pago no ano	-	62	-	563
Previdência privada	12	38	28	103
Seguro de vida	1	3	1	4
	853	2.545	808	2.950

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/09/2016	31/12/2015
Remuneração dos administradores (h)	962	1.257

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

Notas Explicativas

- (c) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá, no valor total de R\$ 125.962, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas;

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2015		30/09/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.089	-	(15)	6	3.080
Máquinas e equipamentos	49.338	-	(151)	1.317	50.504
Veículos	16.642	-	(302)	811	17.151
Equipamentos operacionais	135.368	-	(143)	6.926	142.151
Imobilizações em andamento	15.696	6.568	-	(14.732)	7.532
	<u>220.133</u>	<u>6.568</u>	<u>(611)</u>	<u>(5.672)</u>	<u>220.418</u>
	31/12/2014			30/09/2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015	<u>204.367</u>	<u>14.111</u>	<u>(3.525)</u>	<u>(827)</u>	<u>214.126</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 647 no período de nove meses findo em 30 de semestre de 2016 (R\$ 1.305 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2016 foi de 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,66% a.m. no período de nove meses de 2015.

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2015		30/09/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.518)	(171)	12	-	(1.677)
Máquinas e equipamentos	13	(18.567)	(4.330)	118	46	(22.733)
Veículos	23	(8.314)	(2.372)	247	-	(10.439)
Equipamentos operacionais	18	(79.991)	(15.209)	103	(46)	(95.143)
		<u>(108.390)</u>	<u>(22.082)</u>	<u>480</u>	<u>-</u>	<u>(129.992)</u>
		31/12/2014		30/09/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Movimento em 2015		<u>(84.993)</u>	<u>(19.552)</u>	<u>2.743</u>	<u>(43)</u>	<u>(101.845)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	31/12/2015		30/09/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
				(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.991.041	82.761	-	627	3.074.429
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.444	-	-	4.263	15.707
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	32	5.298
	<u>3.007.751</u>	<u>82.761</u>	<u>-</u>	<u>4.922</u>	<u>3.095.434</u>
	31/12/2014		30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
				(a)	Saldo final
Movimento em 2015	<u>2.904.050</u>	<u>73.475</u>	<u>(23)</u>	<u>827</u>	<u>2.978.329</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 6.748 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 7.174 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2016 foi de 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,66% a.m. no período de nove meses de 2015.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2015		30/09/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(844.734)	(104.992)	-	750	(948.976)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(7.264)	(1.480)	-	-	(8.744)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(4.404)	(527)	-	-	(4.931)
		<u>(856.402)</u>	<u>(106.999)</u>	<u>-</u>	<u>750</u>	<u>(962.651)</u>
		31/12/2014		30/09/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Movimento em 2015		<u>(721.273)</u>	<u>(98.041)</u>	<u>23</u>	<u>43</u>	<u>(819.248)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2016	Vencimento Final	30/09/2016	31/12/2015
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	2	Fevereiro de 2017	17.470	48.397 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	1.647	4.565 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	49	93 (c)
Subtotal em moeda nacional				2		19.166	53.055
Em moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH	LIBOR 3M +2,60% a.a	N/I	-	-	Abril de 2018	166.574	- (d)
Subtotal em moeda estrangeira				-		166.574	-
Total geral						185.740	53.055
						30/09/2016	31/12/2015
Circulante							
Empréstimos e financiamentos						24.861	45.491
Custos de transação						(2)	(13)
						24.859	45.478
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos						160.881	7.577
						160.881	7.577

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária.
(c) Garantia real.
(d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2016
2018	160.881

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

- a. Em 15 de abril de 2016, foi firmado contrato com Bank of America, em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação em 26 de abril de 2016, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 50.000 mil, equivalente a R\$ 177.500, com vencimento em 26 de abril de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 2,60% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação, sendo que a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja maior de 4,0, apurado anualmente. Na mesma data de liberação, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 124,80% do CDI.

Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2016	Vencimento Final	30/09/2016	31/12/2015
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	367	Setembro de 2017	485.177	848.679 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (b)	1.100	144	Outubro de 2017	176.116	160.948 (e)
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.147	3.834	Outubro de 2018	567.756	511.753 (e)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,2831% (a)	7.650	4.730	Outubro de 2019	445.529	397.373 (e)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	206.940	192.410 (e)
Total geral				9.075		1.881.518	2.111.163
						30/09/2016	31/12/2015
Circulante							
Debêntures						545.838	541.429
Custos de transação						(3.865)	(4.296)
						541.973	537.133
Não Circulante							
Debêntures						1.344.755	1.582.084
Custos de transação						(5.210)	(8.054)
						1.339.545	1.574.030

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº. 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2016
2017	195.266
2018	552.992
2019	596.497
	1.344.755

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não há cláusula de repactuação.

Notas Explicativas

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2015		30/09/2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	3.125	1.225	(325)	(871)	303	3.457
Trabalhistas e previdenciários	4.795	2.580	(1.840)	(1.993)	1.038	4.580
Tributários	19.339	-	-	-	1.476	20.815
	<u>27.259</u>	<u>3.805</u>	<u>(2.165)</u>	<u>(2.864)</u>	<u>2.817</u>	<u>28.852</u>
	31/12/2014		30/09/2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Movimento em 2015	11.214	17.834	(1.669)	(1.234)	834	26.979

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 678 e R\$ 1.298, respectivamente (R\$ 534 e R\$ 308 respectivamente em 30 de setembro de 2015).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	30/09/2016	31/12/2015
Cíveis e administrativo	10.479	11.007
Trabalhistas e previdenciários	2.995	3.150
Tributárias	821	786
	<u>14.295</u>	<u>14.943</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 80.435.

Notas Explicativas

16. Provisão de manutenção

	31/12/2015		30/09/2016			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	39.501	52.313	6.903	(28.021)	(9.513)	61.183
Não circulante	30.766	(24.191)	(1.603)	-	9.513	14.485
	<u>70.267</u>	<u>28.122</u>	<u>5.300</u>	<u>(28.021)</u>	<u>-</u>	<u>75.668</u>
	31/12/2014		30/09/2015			
Circulante	21.010	11.887	1.810	(15.166)	25.267	44.808
Não circulante	31.559	11.866	2.355	-	(25.267)	20.513
	<u>52.569</u>	<u>23.753</u>	<u>4.165</u>	<u>(15.166)</u>	<u>-</u>	<u>65.321</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Numerador				
Lucro líquido do exercício	163.543	425.364	153.232	431.260
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,93453</u>	<u>2,43065</u>	<u>0,87561</u>	<u>2,46434</u>

b. Dividendos

Em 15 de abril de 2016, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos de 2015 no montante de R\$ 182.000, correspondente a R\$ 1,04 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2016.

Notas Explicativas

18. Receitas

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Receitas de pedágio	531.994	1.475.478	519.388	1.465.732
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	38.669	81.522	15.585	69.406
Receitas acessórias	6.153	18.029	6.066	17.929
Receita bruta	576.816	1.575.029	541.039	1.553.067
Impostos sobre receitas	(41.333)	(114.254)	(40.331)	(113.524)
Abatimentos	(1)	(4)	(1)	(2)
Deduções das receitas brutas	(41.334)	(114.258)	(40.332)	(113.526)
Receita líquida	535.482	1.460.771	500.707	1.439.541

19. Resultado financeiro

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(42.520)	(135.061)	(54.803)	(151.327)
Juros sobre mútuos	(10.051)	(29.079)	(9.921)	(26.659)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(16.074)	(81.077)	(17.555)	(92.203)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(4.365)	-	-
Perda com operações de derivativos	(14.984)	(79.717)	(24.911)	(93.584)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.778)	(5.300)	(1.395)	(4.165)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.300	7.395	2.399	8.479
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(13.693)	(76.390)	(7.531)	(31.590)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(795)	(2.699)	(1.030)	(3.923)
	(97.595)	(406.293)	(114.747)	(394.972)
Receitas Financeiras		(a)		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	3.955	19.485	-	-
Ganho com operações de derivativos	11.054	81.860	3.712	83.024
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	40.555	27.362	67.983
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.057	13.038	6.915	15.815
Juros e outras receitas financeiras	505	1.447	730	1.779
	20.571	156.385	38.719	168.601
Resultado financeiro	(77.024)	(249.908)	(76.028)	(226.371)

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 663.

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	124.600	-	-	81.501	-	-
Contas a receber	-	132.514	-	-	7.932	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	2.519	-	-	120.575	-
Contas a receber - operações de derivativos	165.592	-	-	111.532	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(19.166)	-	-	(53.055)
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(166.574)	-	-	-	-	-
Debêntures (a)	(1.189.401)	-	(692.117)	(1.070.074)	-	(1.041.089)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(51.948)	-	-	(46.571)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(16.211)	-	-	(10.763)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(285.872)	-	-	(275.824)
Contas a pagar - operações com derivativos	(86.599)	-	-	(77.239)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.631)	-	-	(2.575)
	<u>(1.152.382)</u>	<u>135.033</u>	<u>(1.067.945)</u>	<u>(954.280)</u>	<u>128.507</u>	<u>(1.429.877)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 163.369, conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,60% a.a.	124,80% do CDI	163.369
		163.369

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.252.914 em 30 de setembro de 2016, conforme detalhado abaixo.

Notas Explicativas

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71% a.a.	71,80% do CDI	183.483
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	583.887
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	485.544
			1.252.914

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	692.484	692.621	1.042.115	1.042.517

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras	124.600	81.501
Derivativos	78.993	34.293
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(166.574)	-
Debêntures	(1.189.401)	(1.070.074)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

SWAP Autôfl An	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)				Valores brutos contratados e liquidados				Resultado				
					Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Valores a receber (recebidos)		Valores a pagar (pagos)		
					30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015	
Posição passiva	Merrill Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% a.a.	-	163.122	163.122	176.029	161.409	(6.515)	-	20.939	17.664	(10.041)	(11.444)	(837)	(919)
Posição passiva	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	514.070	514.070	571.590	516.939	(17.555)	-	71.615	47.943	(31.003)	(37.115)	12.229	(4.209)
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	100.000	100.000	120.069	107.533	(3.632)	(2.639)	20.505	12.965	(6.375)	(7.718)	5.251	(1.389)
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	100.000	100.000	102.280	102.280	-	-	20.782	13.396	(6.209)	(7.542)	5.175	(1.443)
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	50.000	50.000	60.035	53.766	(1.779)	(1.291)	10.370	6.663	(3.118)	(3.785)	2.595	(733)
Posição passiva	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	130.106	130.106	149.395	133.796	(4.520)	(398)	21.381	12.901	(7.958)	(9.635)	5.637	(4.867)
Posição passiva	Merrill Lynch	26/04/2016	26/04/2018 (2)	USD + Libor 3M + 2,60% a.a.	50.000	162.310	162.310	168.348	-	(6.012)	-	-	-	(21.895)	-	(27.907)	-
Posição passiva				124,80% do CDI	50.000	1.219.688	1.057.298	190.243	-	(42.557)	(6.899)	165.592	111.532	(86.599)	(77.239)	2.143	(23.760)
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2016									34.293	(42.557)	(6.899)	165.592	111.532	(86.599)	(77.239)	2.143	(23.760)
TOTAL DAS OPERAÇÕES DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015									-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES									78.993	(42.557)	(6.899)	165.592	111.532	(86.599)	(77.239)	2.143	(10.564)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor notional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários em de abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Riscos cambiais	(27.907)	-
Riscos de juros	30.050	(10.564)
Total	<u>2.143</u>	<u>(10.564)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	163.369	Aumento da cotação do USD	-	(40.842)	(81.684)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(163.543)	Diminuição da cotação do USD	-	40.886	81.772
			<u>Efeito de Ganho ou (Perda)</u>	<u>-</u>	<u>44</u>	<u>87</u>
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>44</u>	<u>87</u>
Moedas em 30/09/2016:		Dólar		3.2462	4,0578	4,8693

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	183.483	(21.665)	(25.862)	(30.058)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	583.887	(81.679)	(95.182)	(108.683)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	663.425	(96.417)	(111.802)	(127.184)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	485.544	(71.403)	(89.307)	(107.232)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(183.257)	21.082	25.135	29.187
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(583.887)	81.679	95.182	108.683
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(304.324)	44.228	51.285	58.341
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(151.461)	22.012	25.524	29.036
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	170.471	(16.830)	(20.942)	(25.018)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	542.843	(66.994)	(83.584)	(100.114)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	265.526	(36.484)	(45.586)	(54.681)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	137.905	(18.265)	(22.810)	(27.347)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	19.119	(685)	(814)	(942)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Abril de 2018	163.369	(5.741)	(6.099)	(6.458)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	183.045	(32.541)	(40.831)	(49.181)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Abril de 2018	(163.543)	6.000	6.423	6.845
Total do efeito de ganho ou (perda)				(273.703)	(339.270)	(404.806)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
			CDI ⁽²⁾	14,13%	17,66%	21,20%
			IPC-A ⁽³⁾	8,87%	11,08%	13,30%
			TJLP ⁽⁴⁾	7,50%	9,38%	11,25%
			LIBOR 3 meses ⁽⁵⁾	0,8537%	1,0671%	1,2805%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (5) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se à taxa de 30/09/2016, divulgada pelo BNDES;
- (5) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 30/09/2016; e
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

Notas Explicativas

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outorga fixa	537.103	712.530	515.833	672.100

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2016, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2016	84.806	84.120
2017	339.223	326.403
2018	<u>113.074</u>	<u>105.310</u>
	<u>537.103</u>	<u>515.833</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 237.491 sendo R\$ 207.730 em caixa e R\$ 29.761 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 223.000 em 30 de setembro de 2015, sendo R\$ 194.345 em caixa e R\$ 28.655 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de junho de 2016, foi pago ao Poder Concedente a montante de R\$ 22.375 referente ao direito de outorga variável (R\$ 22.121 em 30 de setembro de 2015).

b. Compromissos relativos às concessões

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compromisso de investimento	<u>262.686</u>	<u>117.180</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

c. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

22. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Fornecedores	-	905
Fornecedores - partes relacionadas	<u>4.367</u>	<u>6.386</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>4.367</u>	<u>7.291</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(4.367)</u>	<u>(7.291)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(4.367)</u>	<u>(7.291)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC nº1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

Jundiaí, 01 de novembro de 2016.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

Jundiaí, 01 de novembro de 2016.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional